



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre 130\$
A 1.ª série . . .	" 90\$	" 43\$
A 2.ª série . . .	" 80\$	" 43\$
A 3.ª série . . .	" 80\$	" 43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10-112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério do Interior :

Decretos n.ºs 24:066 e 24:067 — Aprovam, respectivamente, os quadros e respectivos vencimentos do pessoal do Asilo de Velhinhos Maria e Oliveira, de Alcobaça, e Misericórdia de Portalegre.

Decreto-lei n.º 24:068 — Reforça, por transferência de verba, a dotação orçamental consignada a despesas reservadas de publicidade e propaganda.

Ministério da Marinha :

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba dentro do orçamento do Ministério.

Ministério da Instrução Pública :

Decreto-lei n.º 24:069 — Reforça diversas verbas inseridas no orçamento do Ministério.

Ministério do Comércio e Indústria :

Nota das taxas, fixadas por despacho ministerial, a pagar pelos sócios do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos sobre as quantidades exportadas de vinhos aguardentados e para fabrico de aperitivos.

Ministério da Agricultura :

Decreto-lei n.º 24:070 — Autoriza o pagamento da cota de Portugal para o funcionamento do Office International du Vin, respeitante ao ano de 1933.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 24:066

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal do Asilo de Velhinhos Maria e Oliveira, de Alcobaça, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 regente	3.600\$00
1 cozinheira	720\$00
1 lavandeira	780\$00
1 criada	720\$00
1 criada	480\$00

1 criado	1.800\$00
1 barbeiro	240\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Antônio Raúl da Mata Gomes Pereira*.

Decreto n.º 24:067

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Misericórdia de Portalegre, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 médico da enfermaria de cirurgia	600\$00
1 médico da enfermaria de medicina	600\$00
1 médico radiologista	600\$00
1 médico analista	600\$00
1 cartorário	4.200\$00
1 farmacêutico	1.620\$00
1 fiscal dos serviços hospitalares	6.600\$00
1 enfermeiro diplomado e especializado em radiologia	6.600\$00
1 enfermeira	2.160\$00
2 ajudantes de enfermeiro, cada um 1.560\$ (a)	3.120\$00
2 ajudantes de enfermeira, cada uma 1.560\$ (a)	3.120\$00
4 serventes das enfermarias, dois de cada sexo, cada um 720\$ (b)	2.880\$00
1 cozinheira (b)	900\$00
1 ajudante de cozinheira (b)	720\$00
1 lavandeira (b)	840\$00
1 barbeiro	600\$00
1 guarda-portão do hospital (b)	480\$00
1 fiscal do Asilo João Augusto Alves	900\$00
1 servente (b)	720\$00
1 guarda-portão (b)	90\$00

(a) Têm alimentação na Santa Casa ou subsídio para alimentação de 180\$ mensais.

(b) Têm alimentação na Santa Casa.

O médico radiologista tem 50 por cento das importâncias das radiografias ou radioscopias pagas.

O médico analista tem 80 por cento das importâncias das análises pagas.

O médico encarregado dos agentes físicos tem 20 por cento das importâncias dos tratamentos pagos.

O fiscal dos serviços hospitalares tem 40 por cento